

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**124ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de dezembro de 2012.**

**PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES 3º SECRETÁRIO**

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joseildo Ramos, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto. (50)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 42 Srs. Deputados.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente *ad hoc*, deputado Álvaro Gomes, procede à leitura do expediente.)

## OFÍCIOS

**Da Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência das sessões nos dias 27, 28 e 29/11/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.**

**Do Dep. Ângelo Coronel, comunicando sua ausência das sessões nos dias 19, 20, 21 e 22/11/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.**

## PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. MARCELINO GALO:-** Sr. Presidente, nobres deputados, nobres deputadas, senhores funcionários, senhores das Galerias, dia 11 de dezembro se celebra o logo após de a sociedade deixar de ter em seu convívio um dos arquitetos mais importantes do mundo que foi, sem dúvida nenhuma, esse grande brasileiro, grande em todos os sentidos, militante, comunista de verdade, aquele militante comunista que não era só da retórica, mas que contribuía não só com a sua obra, mas também com a participação direta na construção do socialismo.

Então essa figura, com quase 105 anos de idade, o nobre arquiteto Oscar Niemeyer, sem dúvida nenhuma, um dos brasileiros mais importantes, um ilustre brasileiro, uma das personalidades mais importantes do século XX e do mundo, com a obra fantástica, poética, que, realmente, enobrece a civilização, o nosso povo brasileiro; um gênio da raça. Nesta semana em que se comemora a semana do engenheiro, o Dia do Engenheiro e do Arquiteto, dia 11, desses profissionais também que dão uma grande contribuição ao desenvolvimento do Brasil e que, durante o período Lula, houve uma valorização muito grande dessa profissão justamente pelas políticas públicas que aqueceram com o desenvolvimento de investimentos em infraestrutura, com o PAC infraestrutura, com o PAC saneamento, com o PAC habitação.

Todo esse conjunto de políticas públicas valorizaram por demais a carreira do engenheiro, o que faz hoje o Brasil já pensar em trazer esses profissionais da velha Europa, que está crise, e que essa migração, ao contrário do que houve no passado, passa a ser seletiva, com profissionais da engenharia e da arquitetura altamente qualificados querendo ingressar no nosso país para trabalhar. Isso é uma questão que a sociedade brasileira também tem que discutir.

Aqui também temos ainda que resolver um grande problema de acesso da nossa juventude à universidade, porque sabemos que ao mesmo tempo que há um déficit muito grande de engenheiros, nós temos é que trabalhar muito para formar esses profissionais aqui dentro do nosso País.

Assim, quero parabenizar todos os profissionais de engenharia, que amanhã terão o seu dia. Esses profissionais, através do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, CREA, terão uma semana com diversos eventos.

Parabéns a todos os engenheiros do Brasil e viva para Oscar Niemeyer, esse grande brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ELMAR NASCIMENTO:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da

Imprensa, na última semana, a imprensa nacional divulgou – não só a local, mas a nacional também – uma das operações da Polícia Federal, que foi realizada principalmente na minha terra Campo Formoso, que, segundo as informações, seria no sentido de desbaratar uma quadrilha que mexia com evasão de divisas, exploração de minério clandestino, venda de mercadoria subfaturada, encaminha para o interior... descaminho, uma série de coisas.

Há muito tempo tenho vindo a esta tribuna para falar dos abusos das operações da Polícia Federal. Não sou contra qualquer tipo de investigação, até porque acho e defendo que o nosso País tem que ser passado a limpo. Sou contra os abusos, como o que aconteceu novamente desta feita: pessoas todas conhecidas da comunidade, que estudaram conosco, amigos da nossa família, pessoas de bem da comunidade que ocupam posição de relevo, todos eles detidos – passaram quatro, cinco dias presos – para dar depoimentos. Como têm residência fixa, têm propriedades, tem bens, nunca cometeram nenhum tipo de crime que atentasse contra a segurança das pessoas, entendo que bastaria uma intimação para que fossem depor. Não haveria nenhuma necessidade de serem presas. As pessoas são, com isso, desmoralizadas.

É uma coisa cultural. Podem prender todas as pessoas que lidam com o garimpo em Campo Formoso, Pindobaçu e no garimpo qualquer que sempre aconteceu isso, há mais de 30 anos, desde que existe o garimpo. Vêm de fora os indianos, as pessoas que vêm da Índia para comprar pedras preciosas no Brasil, passam o dinheiro, através de terceiros, que é depositado em contas, e é vendida a pedra. É preciso que o governo se debruce sobre essa questão, sobretudo com relação à alíquota de pagamento do imposto. Não é brincadeira a pessoa sobreviver a 200, 250, 300 metros embaixo da terra para extração de minério, para extração de esmeralda, vivendo em condições subumanas e depois vai pagar uma alíquota alta de imposto... Termina, e isso é genérico, não tem um que mexa com esse tipo de coisa que não tenha feito sonegação, vender uma mercadoria por um preço e declarar outra. É como o imóvel no Brasil, deputado Bira Corôa, eu não conheço uma pessoa que venda um imóvel e bote na escritura o valor correto que está vendendo.

Portanto, é uma coisa cultural. Só que foi passado pela Polícia Federal como tivesse desbaratado uma quadrilha. E não é verdade. Foram presos os donos que, na verdade são corretores dos indianos, de todos os escritórios que comercializam a pedra preciosa, a esmeralda. E, lá, vivem, aproximadamente, mais de 20 mil pessoas na região que dependem disso, ou seja, dependem do garimpo.

A partir dessa cadeia agora, a não ser que o governo federal, o governo do estado e a Receita Federal se posicionem para normalizar a situação, o indiano ou o estrangeiro, que vem comprar a mercadoria, deixará de vir. Aí, não se terá para quem vender e a região virará em um caos ou acontecerá uma catástrofe.

Vejam, não é só Campo Formoso, porque esta cidade é a principal. Mas temos Campo Formoso, Pindobaçu, Umburanas, Antônio Gonçalves, Jacobina, Senhor do Bonfim, etc. Todos dependem muito desse comércio de pedras preciosas. E a depender da forma como a coisa seja conduzida, lá só há cinco fontes de receita que são: as prefeituras, os aposentados, o Bolsa Família, o comércio e a extração de

pedras preciosas. Se cair essa esta fonte de receita fortíssima, a extração de pedras preciosas, vai virar uma catástrofe na região. O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir.

**O Sr. ELMAR NASCIMENTO:-** Portanto, fica aqui o nosso apelo para que as autoridades procurem se inteirar e tentar resolver este problema, pois este não é um problema de polícia, mas é um problema que vai gerar um caos social muito grande. Sobretudo, há mais uma coisa a se repensar: a ação da Polícia Federal que prende, desmoraliza para, depois, processar. E esta desmoralização não tem volta.

Digo, sim, que todos nós conhecemos as pessoas. E essas pessoas presas pela Polícia Federal como bandidos são as pessoas que convivem normalmente entre nós. Portanto não há ninguém bandido. São todas gente de bem. É este o conceito que tem a nossa sociedade. Fora de política, é gente do nosso grupo, gente do grupo do deputado Adolfo Menezes. Enfim, não é uma coisa politizada. É uma fonte de riqueza da nossa economia que está balançada e as pessoas reclamam uma posição.

Da minha parte, tentarei provocar para que o governo federal, o governo do estado, BNPM e a Receita Federal encontrem uma forma de poder legalizar toda a questão da produção e da comercialização do minério e das pedras preciosas, sem afetar a população e sem afetar o comércio, porque a comunidade está em polvorosa ante um caos iminente que pode acontecer nos próximos dias.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Fabrício Falcão pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:-** Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup>. Deputadas, boa-tarde a todos. Quero, neste momento aqui, falar sobre dois temas. O primeiro tema é a questão que estamos tratando. Inclusive, eu estou, aqui, desde o início desta Legislatura quando tomei posse, para chamar o Brasil, a fim de fazermos um debate acerca da enxurrada de produtos chineses aqui no Brasil e a viagem de forma geral. Os produtos vêm de Taiwan, Vietnã, Índia, etc. Isso tem trazido muitos problemas quanto à geração de emprego e tem desmantelado a indústria brasileira de forma geral.

Este caso específico, envolvendo a empresa Azaleia, no município de Itapetinga, é de uma gravidade tamanha. Ali, chegou-se a ter mais de 20 mil funcionários de carteira registrada e cai, hoje, pra cinco mil funcionários. A Azaleia, nos últimos dois anos, tem demitido milhares de trabalhadores.

Ali, criou-se um parque industrial gigante na área de calçados com o apoio, com a infraestrutura, com recursos e com o dinheiro do estado baiano e do estado brasileiro. O que ocorreu? Então esta forma de se tratar os produtos, que vêm da Ásia a custo infinitamente inferiores ao nosso, têm causado um desmantelamento muito grande. A indústria têxtil no Brasil quase faliu por conta dos produtos asiáticos. Agora, a indústria de calçados também sofre este problema.

Quanto à Azaleia, sim, ela tem de ter uma solução para manter os empregos ali

e pagar as isenções fiscais que obteve para poder se instalar aqui no Sudoeste da Bahia, mais precisamente em Itapetinga, Itororó, Firmino Alves, Caatiba, Itambé como, também, em mais outros municípios. No entanto, agora, ela fecha todas as unidades. E isso é de uma gravidade imensa, porque causará um caos social sem precedentes naquela região. Vejam, só de uma vez, cinco mil empregos foram jogados fora. Isso equivale a, mais ou menos, 20 mil pessoas sustentadas por salários das pessoas que trabalhavam nessa fábrica.

E o Estado brasileiro precisa, de uma vez por todas, se debruçar sobre a solução de como coibir esta prática.

Enquanto um trabalhador brasileiro, com os encargos, custa, em média, de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.400,00 por mês, um do Vietnã ou de Taiwan custa R\$ 200,00. Então não temos condições de competir. Essa competição vai acabar por destruir a indústria de sapatos no Brasil. A presidenta Dilma e a sua equipe econômica precisam debater esse tema e colocar um freio nessa concorrência desleal com os produtos do sudeste asiático que vêm para cá. Isso é muito grave para a nossa economia.

Finalizando, quero também falar dessa grande perda que tivemos com a morte do grande arquiteto Oscar Niemeyer, o maior gênio do urbanismo mundial. Um homem que teve suas obras levadas para todos os países do mundo: fez museu na Espanha, universidade no Chile, ajudou na reconstrução de Berlim. Além de ter projetado a belíssima capital do Brasil, Brasília. Enfim, um grandes nomes da arquitetura mundial.

Mas também não podemos esquecer o ser humano Niemeyer, uma pessoa que produziu e morreu sem deixar riqueza, sem deixar nada de patrimônio, porque tudo que tinha era para oferecer aos amigos e familiares. Se um amigo precisasse de uma casa, ele dava; se precisasse de um apartamento, ele dava; de uma bolsa de estudos, ele dava. Também financiava viagens.

Um cidadão que tinha o comunismo como cerne de sua vida. Um grande socialista que o mundo jamais poderá esquecer. Uma perda lastimável para mim. Acho que ele foi um dos maiores gênios da humanidade e um dos brasileiros que jamais sairá da lista daqueles que ajudaram a construir um novo Brasil. É um sentimento grande que tenho pela perda desse homem, desse humanista, desse gênio para a arquitetura e para a política brasileira e mundial.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ALAN SANCHES:-** Obrigado, nobre presidente Álvaro, demais presentes a esta sessão, estava hoje dando uma entrevista à *Rádio Excelsior* quando uma ouvinte entrou no ar – jamais vou querer disputar com V.Ex<sup>a</sup>, deputado Carlos Geilson, sou seu ouvinte e já lhe confessei isso – para reclamar do Bairro de São Cristóvão, falando de uma sinaleira. Vejam como está Salvador, uma sinaleira! Isso demonstra a falta de compromisso da Transalvador, essa empresa que recebe grandes somas de recursos, mas não tem feito esse serviço básico que é ajeitar o nosso

trânsito caótico.

A assessoria da Prefeitura de Salvador deve estar acompanhando esta sessão pela *TV Assembleia*. Tenho certeza de que passará para a Transalvador a necessidade de uma pequena sinaleira em São Cristóvão, numa pista de alta velocidade, já que ela compromete demais a segurança dos moradores daquele bairro.

Mas, Srs. Deputados, ouvi atentamente na semana passada, mas não pude me pronunciar... Antes, quero dizer que não tenho procuração do deputado Nelson Pelegrino, mas não acho que seja dessa forma. Não estive com ele desde a eleição, houve apenas um telefonema, mas quero me posicionar sobre isso.

É bom até para os colegas contextualizarem. Não é possível que queiram atribuir ao deputado Nelson Pelegrino tudo que aconteça agora em Salvador, dizendo que ele não deixou, ou não consentiu, ou interferiu negativamente.

Absolutamente. Para mim foi bom trabalhar com ele, pois se mostrou um homem extremamente trabalhador. Não cabe ficar levantando essas insinuações sobre o deputado, pois não são verdadeiras. A envergadura de um deputado federal, isso é inegável, jamais trabalharia contra o nosso Estado, jamais trabalharia contra o Município. Acho que passou, é uma página virada, vamos agora trabalhar em prol da nossa cidade Salvador, que precisa melhorar demais. E não ficar contextualizando com o nome do deputado, porque tenho a certeza de que 600 e tantas mil pessoas votaram com ele porque acreditaram no projeto dele. Então é tocar o barco e colocar Salvador lá em cima.

Dessa forma, eu queria agradecer ao deputado Carlos Geilson e queria dizer que nós aqui deputados não podemos cruzar as mãos com relação à cobrança da taxa de estacionamento nos shoppings. Não é possível que no início desse mandato queiram dar isso de presente ao prefeito ACM Neto. Tenho certeza de que toda bancada de vereadores que compõem a base aliada do futuro prefeito não vai permitir isso. Acho que Salvador vem conseguindo manter a não cobrança dessa taxa de estacionamento, o que é um absurdo, acho que poderia haver um controle maior em relação às pessoas que entram no shopping, que tivesse, pelo menos, um comprovante que provasse que realizaram uma compra no shopping, portanto não pagariam estacionamento. E as pessoas que não fizessem nenhuma compra, essas, sim, pagariam estacionamento. Sabemos que muitas utilizam o shopping como estacionamento seguro, sem usar os serviços dos shoppings centers. Eu acredito que não devemos permitir que a cobrança seja feita, porque não é só para afastar essas pessoas que não estão utilizando os serviços do shopping, o que os empresários querem é ganhar dinheiro. E não é pouco, é muito dinheiro que estão querendo ganhar, eles acham que ganham pouco. A gente só vê os shoppings crescendo, crescendo, crescendo, mas eles acham que ganham pouco.

Então esta Casa e a Câmara de Vereadores de Salvador, o prefeito eleito não podem permitir essa cobrança de estacionamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Convido o nobre deputado Aderbal Caldas para me substituir na Mesa a fim de que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados, queria registrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Aliás, hoje, é também o Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social, é uma lei aprovada na Assembleia Legislativa há oito anos. Uma lei que tem como objetivo buscar construir uma sociedade mais justa, mais humana. Não poderíamos deixar de fazer esse registro.

Aliás, vamos fazer essa comemoração na próxima sexta-feira, convidamos todos os deputados e todos os que puderem se fazer presentes a partir das 10 horas, vai ser uma sessão especial em comemoração ao Dia Estadual da Cultura da Paz com Justiça Social, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em comemoração aos nove anos de fundação do Iapaz, Instituto de Estudos e Ação pela Paz com Justiça Social, entidade a qual eu tenho a responsabilidade de presidir e, portanto, vamos fazer aqui uma sessão especial na próxima sexta-feira, esperamos a presença de todos os nossos colegas parlamentares.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro de que desde de 2003 foram registrados, através do Disque-100, 396.693 casos de violação dos direitos humanos. Isso é muito importante, porque a população tem como denunciar as violações que acontecem no dia a dia e o governo tem a responsabilidade, tem tido a responsabilidade de buscar, corrigir, impedir essas violações.

Na realidade, em 2011 houve um número de 87.764 e neste ano, de janeiro a novembro, houve um registro de 155.336 casos. Então, observamos em 2011 e 2012 mais de 200 mil casos de registros de violação dos direitos humanos.

Há de se perguntar: por que um número tão alto de registro de violação dos direitos humanos? É porque aumentou a violência, é porque a violação dos direitos humanos teve um aumento desenfreado? Não, necessariamente. Conforme a própria ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Maria do Rosário, na realidade, esse aumento do número de denúncias significa uma maior visibilidade, significa que as pessoas estão confiando mais no serviço e no governo, estão denunciando as violações aos direitos humanos, e segundo a própria ministra todos esses casos são investigados, nenhum fica lá, engavetado.

Portanto, observamos como positiva essa visibilidade, no sentido de que as pessoas estão denunciando mais, as pessoas estão buscando resolver esses problemas, com o esforço da Presidência da República, da ministra de Direitos Humanos, a Sr<sup>a</sup> Maria do Rosário, para combater a violação dos direitos humanos.

Gostaria de convidar todos os parlamentares e todos que puderem comparecer à sessão especial no dia 14, próxima sexta-feira, às 10 horas, aqui no Plenário da Assembleia Legislativa. Vamos discutir, debater a questão da luta contra a violência e pela construção da paz.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o nobre deputado Carlos Geilson.

**O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr. Presidente, meu caro deputado Aderbal Fulco Caldas, colegas da imprensa, meus caros jornalistas Luís Augusto e Tasso Franco.. Quero aproveitar para dizer que já apresentei uma moção de parabéns ao *Bahia Já*, que chega aos 6 anos. Então, parabéns ao Tasso Franco pela sua cobertura, com o seu *Bahia Já*, aqui das sessões, das ações da Assembleia Legislativa.

Mas, quero falar de um assunto que é recorrente, mas quero falar com o Exmº Governador da Bahia, Jaques Wagner. A violência em nosso Estado tem números impressionantes. Vamos tomar por base São Paulo que tem uma população quatro vezes maior, a capital, São Paulo, tem uma população quatro vezes maior do que a população de Salvador, no entanto a violência, em Salvador, é 30% maior. Salvador acumula índices de violência superiores aos de São Paulo, e olha que São Paulo vem sofrendo com uma onda de violência que já matou mais de mil pessoas.

Os dados de janeiro a outubro de 2012, disponibilizados pelo governo baiano e paulista, apontam que o número de homicídios em Salvador é 32,41% maior do que os registrados na cidade de São Paulo, onde vivem 11,2 milhões, enquanto que em Salvador 2,6 milhões. Se for levado em conta a proporção populacional, esse número de 32,41% é muito, muito maior.

Então, governador da Bahia Jaques Wagner, o que é que o senhor tem feito sobre a segurança pública? Qual o debate? Quais as ações concretas do governo? A gente quer sentir, porque na verdade a gente não percebe.

E hoje o jornal *A Tarde*, corroborando com o nosso discurso, traz uma matéria de capa onde aponta que de janeiro a setembro deste ano foram roubados ou furtados, em Salvador, 5.026 carros, um aumento em relação a 2011 para 2012, e olha que o ano ainda não chegou ao seu final, um aumento de 43,6%. E o governo do Estado da Bahia vivendo a verdadeira pasmaceira, um processo impressionante de letargia.

Sincera e honestamente, parece, às vezes, que o governador Jaques Wagner não tem alma, não tem coração, não corre sangue em suas veias, ele não fica indignado, ele se aborrece, ele não questiona, ele não sai na linha de frente para pressionar. Olha a capital São Paulo, com uma população quatro vezes maior, mesmo assim a violência, em Salvador, é 32% superior. O número de carros roubados é impressionante. Só de 2011 para 2012 um aumento de 43%. Eu não sei onde vive o governador Jaques Wagner, se ele não toma conhecimento. Essa sua insensibilidade deixa-me pasmo, estupefato e boquiaberto. Parece que o governador vive em outro planeta, e cabe a nós viver as adversidades desse Estado. Meu caro deputado Aderbal Caldas, eu quero que fiquem registrados sempre esses assuntos, aqui na tribuna desta Casa, porque daqui a 10,15,20, 30 anos essa situação vai ficar insustentável, numa proporção inimaginável, mas quero ter a minha consciência tranquila de que passei por esse Parlamento e que chamei atenção para esse caos que nós estamos vivendo hoje, e imaginemos daqui a 10,15,20, 30 anos o que vai ser desse Estado, o que vai ser dessa capital.

Muito obrigado.



(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o nobre representante de Alagoinhas, deputado Joseildo Ramos.

**O Sr. JOSEILDO RAMOS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos assistem, nos ouvem pela *TV Assembleia*, presentes aqui às Galerias, Srs. da Imprensa, trago um assunto que nós incorporamos a um projeto de resolução e desta tribuna peço o apoio dos meus pares.

Trata-se de uma proposta que cria o Programa Parlamento Verde nesta Casa. Temos sido testemunhas de várias iniciativas envolvendo reciclagem de materiais, coletas seletivas e outras soltas, boas e felizes iniciativas que estão em curso no Parlamento, mas não existe um programa que as congregue.

Tivemos inspiração na Constituição de 1988, que, no seu Art. 225, trata exatamente de que todos os brasileiros têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Aí ficou a certeza de que este meio ambiente é bem de uso comum do povo. E este Programa Parlamento Verde visa instituir vários projetos, várias iniciativas de uma Casa que, a partir dos seus encaminhamentos, tem a obrigação fundamental de dar o exemplo a partir da própria administração operacional e executiva deste Poder.

Isso a exemplo do projeto da coleta seletiva e reciclagem de materiais, que já existe mas, repito, existe na feliz iniciativa, porém solta no processo. No projeto prevemos a utilização, por esta Casa, de combustíveis de origem renovável e a criação da semana do meio ambiente na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, durante a qual trataremos e aprofundaremos temas de interesse de todos os baianos, de todos os brasileiros.

No projeto de criação dessa semana específica, teremos a veiculação de programas televisivos, a partir do *Canal Assembleia*, chamando a atenção para valores importantes ligados à ecologia, à preservação do meio ambiente e à obrigação, primeira, de nós estarmos contribuindo para entregar um ambiente devidamente equilibrado a esta geração, mas principalmente também às futuras gerações.

Temos também a criação de um projeto de outorga anual da Medalha Chico Mendes na Assembleia Legislativa para aquelas instituições, lideranças e atores essenciais que contribuem para a preservação ambiental no Estado da Bahia. E ainda um projeto interessante de manejo de águas servidas e do processo de captação de água aqui na Assembleia Legislativa, do ponto de vista corporativo.

Então, esse projeto de resolução permite que se inaugurem procedimentos que serão, não tenho dúvidas, festejados pela sociedade brasileira, principalmente a baiana, partindo de um dos 3 Poderes como uma iniciativa educativa, que também é um dos processos emblemáticos que cada parlamentar tem de ter desde que adquire seu mandato, por determinação do povo do lugar.

Entendo que essa iniciativa convida não só este parlamentar, mas igualmente os demais, a cerrar fileiras no sentido de promover uma tramitação acelerada dessa

matéria, porque ela vai ao encontro do interesse maior da sociedade baiana. Portanto, convidamos, Sr. Presidente, todos os nossos pares para que nos unamos no sentido de festejar essa iniciativa que incorporamos nesse projeto de Resolução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a nobre representante da cidade de Camaçari, deputada Luiza Maia.

**A Sr<sup>a</sup> LUIZA MAIA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras... não há nenhuma deputada hoje aqui, senhoras funcionárias, senhores e senhoras das Galerias Paulo Jackson, parabéns, deputado Joseildo, pelo seu pronunciamento aqui. Conte comigo nessa sua luta.

Sr. Presidente, gostaria de registrar que, na quinta-feira passada, fizemos uma audiência pública em Camaçari para discutir essa questão do lixo químico. Fiquei muito chateada, deputado Bira Coroa, V.Ex<sup>a</sup> ficou até o final da sessão, com relação à postura dos diretores da Cetrel. V.Ex<sup>a</sup> é testemunha de que nos chamaram aqui, assumiram um compromisso conosco, mas nos enganaram. Fizeram-nos desfazer uma manifestação, acreditamos na palavra deles, mas na hora recuaram, largaram o problema na mão do secretário. O compromisso que tinham assumido conosco de suspensão definitiva da incineração do lixo químico em Camaçari ficou pela metade. Vamos, porém, resolver esse problema.

Participei na sexta-feira, de um seminário promovido pelo Ministério Público Federal que tratava da comemoração do Dia Internacional de Combate à Corrupção, e o tema era corrupção na política. Fui, inclusive, pensando que iria haver espaço para me pronunciar, mas, infelizmente, não houve tempo. Foram muitos palestrantes. Esse debate sobre a corrupção feito pelo Ministério Público Federal veio em bom momento, mas não pode ser algo só sobre corrupção na política. Sabemos que o tema “corrupção” está existindo, ou existe, em todas as instituições e precisa ser tratado, precisa ser debatido de uma forma diferente. Infelizmente, não pude falar, estou registrando aqui a minha opinião. Foi um bom momento, pois acabei fazendo as pazes com a ministra Eliana Calmon, fizemos foto e conversamos um pouco.

Hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Sessenta e dois anos da criação desse dia, e sabemos que mais da metade dos seres humanos, como as mulheres, não têm ainda os seus direitos assegurados. Uma boa parcela dos seres humanos, quase um bilhão, ainda vive passando fome. Ou melhor, nem vivem. Então, é um dia importante. Estamos encerrando também nesse dia a nossa campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, mas é um tema que precisamos tratar com mais propriedade. Acho que nas nossas leis, na nossa Constituição estão assegurados os nossos direitos, mas na vida e na prática sabemos que é diferente.

Nesses dois minutinhos que me restam, faço questão de ler aqui o documento para o qual estava colhendo assinaturas com alguns deputados e deu aquela confusão. Disseram que eu estava aqui fazendo campanha contra a estrutura da Casa, dos meus

pares. Como o meu jogo é muito aberto, quero deixar bastante claro para os meus pares, e volto a pedir, inclusive, que aqueles que não assinaram o façam, porque o abaixo-assinado visa colher 1.500 assinaturas, cujo objetivo é entrarmos na Câmara Federal com um projeto de lei de iniciativa popular para que a reforma política seja feita, a reforma do sistema político. Ninguém aguenta mais a política da forma que está estruturada no nosso Brasil. Todo mundo que vem aqui nesta tribuna, quando faz referência a essa questão do nosso sistema político, fala que é necessário e que é preciso. Os nossos pares, porém, que estão lá no Congresso, que são os que devem tomar essa iniciativa, não fazem nada. Nem o Relatório Fontana, que é um arremedo de reforma, nem isso se votou e ninguém sabe quando será votado. Então, o que está escrito no nosso abaixo-assinado, estou participando desse movimento contra a corrupção eleitoral, é a plataforma pela reforma do sistema político. Não sei se vai dar tempo de ler tudo: *“Nós, abaixo-assinados, apoiamos a proposta de iniciativa popular para a reforma do sistema político, apoiamos uma regulamentação do Art. 14 da Constituição Federal que trata do plebiscito, do referendun e da iniciativa popular.”*. São formas de consultas à população, e que sabemos a dificuldade que é colher um milhão e quinhentas mil assinaturas para o povo ter direito de apresentar um projeto de lei. Isso é realmente um absurdo, é uma forma de dificultar e de impedir a participação popular. Como não deu tempo de fazer a leitura de todo o documento, eu o farei numa próxima oportunidade. Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Pastor Sargento Isidório. (Pausa) Na ausência do deputado Isidório, com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o nobre representante de Alagoinhas, Líder da Minoria, deputado Paulo Azi.

**O Sr. PAULO AZI:-** Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, pelas informações que temos, infelizmente, não passou de factoide a ação do governador Jaques Wagner junto à presidente da República na tentativa de impedir que aquela região de Itapetinga sofra um duro golpe. Aquela região, Sr. Presidente, que, graças a uma visão estratégica do ex-governador Paulo Souto, pôde ver consolidada, não só em Itapetinga, mas em diversos municípios do seu entorno, um complexo calçadista que foi nos últimos anos o principal vetor de desenvolvimento da economia daquela região.

Na última semana, todos nós fomos surpreendidos pela informação de que o Grupo Azaleia estaria fechando todas as unidades que dão apoio à indústria matriz, gerando de imediato um impacto de demissão de algo em torno de 4.000 funcionários. O governo, através do secretário da Casa Civil e logo depois do próprio governador, apressou-se em ir à Imprensa dizer que estavam fazendo gestões junto ao ministro da Fazenda, à presidente da República, na tentativa de reverter aquela crise já instalada e que agora parece definitiva. Na realidade, não passou, infelizmente, de mais uma ação do governo, uma tentativa de diminuir o seu desgaste, já que esse governo tem dado seguidas demonstrações de inapetência política quando se trata de

defender os interesses maiores da Bahia e dos baianos. O secretário da Indústria e Comércio chegou a afirmar que a culpa era do ministro do Desenvolvimento, como se o ministro do Desenvolvimento não pertencesse ao governo do PT, o governo federal, que tem no governador Jaques Wagner a sua maior liderança política em todo o Brasil. Mais uma vez, ficam configuradas a falta de vontade política, a falta de vontade de enfrentar e de fazer o verdadeiro enfrentamento democrático na defesa dos interesses da nossa terra.

Aquilo, que parecia apenas uma possibilidade, já se configura como algo irreversível e causará um forte impacto negativo na economia de toda aquela região, tendo, por consequência, o agravamento da crise social em função de milhares e milhares de famílias que, infelizmente, perderão os seus empregos ou ficarão desempregadas.

Enquanto isso, Sr. Presidente, o governo da Bahia se preocupa em produzir o presente de Natal dos baianos, deputado Carlos Geilson. Na semana passada, o governo do estado já encaminhou a esta Casa um projeto de lei que amenta uma centena de taxas e cria outras centenas de impostos que recairão sobre o bolso do consumidor do nosso estado.

E opior, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, é que o governo não se deu ainda por satisfeito. As informações da Secretaria da Fazenda, que temos e nos chegam, dão conta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, de que, no dia de hoje, um novo pacote de aumento de impostos será encaminhado pelo governador Jaques Wagner a esta Casa. O governo, ao apagar das luzes deste ano, mais uma vez, de maneira pouco democrática e republicana, submeterá à Assembleia um projeto para majorar uma série de impostos e penalizará a população do nosso estado.

Deputado Carlos Geilson, à medida em que a presidente Dilma Rousseff baixa uma portaria ou um decreto ou uma lei diminuindo os impostos, o governador da Bahia faz o inverso, pois encaminha a esta Casa uma lei aumentando os impostos.

Este governo gosta tanto de imitar o governo federal e segue praticamente o mesmo roteiro do governo federal. No entanto, este mesmo governo parece que só gosta de imitar as coisas ruins, parece que só gosta de imitar as coisas que não fazem bem ao nosso estado, porque se há uma coisa boa que o atual governo federal tem feito é a tentativa de diminuir esta perversa carga tributária que, hoje, assola a população brasileira. A presidente Dilma Rousseff já enxergou ser necessário fazer uma nova política tributária neste País ao diminuir a sua carga, deputada Luiza Maia.

(A deputada Luiza Maia manifesta-se fora do microfone.)

**O Sr. PAULO AZI:-** Não, deputada Luiza Maia, o nosso partido sempre foi a favor da diminuição da carga tributária. Foi o partido de V.Ex<sup>a</sup> quem votou a favor da CPMF. Nós votamos contra. Não sei se V.Ex<sup>a</sup> se recorda, pois o seu partido votou a favor da CPMF e nós votamos contra.

Quando a presidente Dilma Rousseff, deputada Luiza Maia, tem uma boa iniciativa, o governador de V.Ex<sup>a</sup> só faz aumentar impostos na Bahia. Ele encaminha a esta Casa ainda hoje, deputada Luiza Maia, um projeto que aumenta uma série de impostos. E V.Ex<sup>a</sup> votará este aumento caladinha e silenciosa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, nobre deputado.

**O Sr. PAULO AZI:-** Gostaria de ver V.Ex<sup>a</sup> subir a esta tribuna para discutir esse projeto, mas não; ficará caladinha, silenciosa, dizendo amém a S.Ex<sup>a</sup> o governador Jaques Wagner, que eu pensava, deputado Carlos Geilson, que já havia esgotado todo seu arsenal de maldades para com o povo de Salvador e da Bahia. Mas, infelizmente, trata-se de um arsenal inesgotável...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- O tempo de V.Ex<sup>a</sup> está literalmente esgotado.

**O Sr. PAULO AZI:-** (...) e todos nós haveremos de, na tarde de hoje, ter o desprazer de conhecer mais um projeto do governador Jaques Wagner aumentando impostos, aumentando a carga tributária da população do nosso querido Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

### **GRANDE EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Grande Expediente. Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Fabrício Falcão:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou representante do PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Fabrício Falcão:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Não há orador.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Fabrício Falcão:- Gostaria de pedir verificação de quórum.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> anunciou o Grande Expediente, mas, obviamente, já estávamos com cerca de dez ou doze minutos além do horário do Grande Expediente. Entendi, quando V.Ex<sup>a</sup> prorrogou o Pequeno Expediente, que estava suprimindo o Grande Expediente.

Gostaria de que V.Ex<sup>a</sup>, se for possível, reveja essa posição, até porque era um entendimento nosso que o Grande Expediente estaria preservado para amanhã.

Quero parabenizar o deputado Paulo Azi pelo seu pronunciamento e dizer que mais impostos, mais taxas para a população da Bahia que já vem sofrendo de todas as maneiras na educação, saúde, segurança, e essa escorcha, uma coisa que oprime, espreme, tritura o baiano com a perversa carga de impostos.

A presidente Dilma Rousseff desonera a carga tributária, e o governador da Bahia aumenta consideravelmente. Sincera e honestamente, que presente de grego nós baianos estamos recebendo desse governo.

No mais, peço a V.Ex<sup>a</sup>, se possível, que reveja a questão do Grande Expediente e digo que também concordo com a questão de ordem do deputado Fabrício Falcão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Deputado Carlos Geilson, não foi proposto a esta Presidência. Portanto não é dado a quem julga dar o que não foi pedido. V.Ex<sup>a</sup> pediu verificação de quórum e será atendido.

Apenas cinco Srs. Deputados em plenário, portanto não há número suficiente para continuidade da presente sessão, motivo pelo qual a declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*